

---

## **A ACIRRADA CAMPANHA ELEITORAL DE 1950 NA PARAÍBA: A “CHACINA DA PRAÇA DA BANDEIRA” (9 DE JULHO).**

**BARBOSA, Jivago Correia**  
(PPGH – UFPB)  
jivagobarbosa@ig.com.br

**CITTADINO, Monique Guimarães**  
(DH – PPGH – UFPB)  
moniquecittadino@uol.com.br

Na Paraíba, dois candidatos de peso disputavam o governo do Estado durante as eleições de 1950. De um lado, José Américo de Almeida, homem de letras, escritor premiado, autor do romance “A Bagaceira” (1928), que “*abriu nova fase na história literária do Brasil*”, segundo Otto Maria Carpeaux (CARPEUX *Apud* ALMEIDA, 1997. p.xx), que já havia ocupado vários cargos importantes: Governador do Norte-Nordeste após a “Revolução” de 1930; Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo de Vargas; candidato à Presidência da República em 1937 e, na época das eleições de 1950, exercia o cargo de Senador, eleito pela UDN na Paraíba em 1947. Do outro lado, encontrava-se Argemiro de Figueiredo, nome de grande importância na política paraibana, tendo ocupado o cargo de Interventor, nomeado por Vargas, de 1935 a 1939<sup>1</sup>.

### **1. 09 de julho: a “chacina da Praça da Bandeira”.**

Naquele domingo festivo e ensolarado, uma multidão de pessoas chegava de todos os lugares do estado em caminhões e ônibus fretados pela Aliança Republicana. O ponto de concentração seria o Açude Velho, mais precisamente, entre as firmas SANBRA S.A. e Araújo Rique, onde a população aguardava a caravana que já havia partido da cidade de João Pessoa com destino a Campina Grande. Do Açude Velho a caravana percorreria as ruas Miguel Couto, Irineu Joffily e por último chegaria a Praça da Bandeira, o local escolhido para a instalação do grande palanque.

Se não foi absolutamente o maior, aquele comício nordestino, com artistas do Rio de Janeiro e numerosas caravanas do interior e da Capital do Estado, deve se situar entre as maiores concentrações políticas já ocasionadas em Campina Grande (SYLVESTRE, 1982. P.200).

---

<sup>1</sup> Antes de Argemiro de Figueiredo, dois outros Interventores já haviam ocupado o cargo na Paraíba: Antenor Navarro (1930-1932) e Gratuliano Brito (1932-1934). Sobre a Interventoria de Argemiro ver SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

Em importante entrevista concedida a nossa pesquisa, o coligacionista Mário Araújo – ex-vereador de Campina Grande, por quatro vezes, e irmão de Félix Araújo<sup>2</sup> – afirmou que:

Colocaram de 80.000 a 100.000 mil pessoas. A entrada da cidade era pela Rua João Pessoa, de minuto em minuto era ônibus e carro cheio de gente. Então eles colocaram uma multidão enorme, uma multidão que eles não tinham em Campina Grande. Humilharam mesmo o nosso pessoal. (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

Em protesto contra essa caravana e, em especial, à presença do professor Pereira Lira naquela cidade, os partidários pessedistas/mericistas passaram a usar laços pretos nos paletós ou nos bolsos das camisas e as mulheres nos vestidos longos. Embora aquele dia parecesse perfeito para uma festiva celebração cívica, o que se verificou foram inúmeros desentendimentos e brigas que perduraram por todo o período da manhã até o termino dos shows, durante a noite, entre os partidários da Coligação e da Aliança. Segundo os coligacionistas as provocações da oposição começaram

(...) cedo com a agressão do filho do Sr. Alvino Pimentel, com os tiros desfechados contra a “Sorveteria Polonô”, com as arbitrariedades praticadas no Bairro de “José Pinheiro”, no bairro da Liberdade e no Alto da Conceição (SYLVESTRE, 1982. P.214).

## 2.1 O fatídico confronto.

O comício da Aliança Republicana transcorreu sem maiores problemas, pois tinha a autorização das autoridades competentes, na forma da legislação em vigor na época. Uma verdadeira multidão passou a assistir os discursos políticos e a vários artistas de rádio: “Cantores de projeção nacional, como Luiz Gonzaga, Emilinha Borba, Éster de Abreu e o acordeonista Sivuca, paraibano de Itabaiana (...)” (RAMOS, 1991. P.39).

Quando aquela festividade cívica havia chegado ao fim, após a apresentação dos artistas, um grupo de partidários do lado da Coligação Democrática passou a avolumar-se no entorno da Praça da Bandeira. Com lenços brancos<sup>3</sup> nas mãos, as centenas de pessoas passaram a dar “vivas ao Doutor José Américo” e outra parte do grupo passou a gritar “queremos passeata” (SYLVESTRE, 1982. P.201).

<sup>2</sup> Mais informações sobre a vida e a trajetória política de Félix Araújo, vide CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)**. Campina Grande: UEPB, 2006.

<sup>3</sup> Uma analogia ao terno branco usado por José Américo durante toda a Campanha de 1950. O lenço branco remetia-se também – como se observa no “Manifesto da Coligação Democrática Paraibana”- ao “símbolo da paz e do civismo” (SYLVESTRE, 1982. P.214).

Segundo o relato de Mário Araújo, um dos coligacionistas que participou das manifestações durante aquele fatídico domingo:

Às seis horas terminou a promoção deles, a essa altura já muitos correligionários de José Américo já se movimentavam em todos os pontos da cidade, em pequenas passeatas. Quando terminou o comício deles que a Rádio Caturité, que pertencia ao professor Pereira Lira e Ernani Pereira Lira, saiu do ar, aí então os grupos começaram a sair em pequenas passeatas, de todos os cantos da cidade e encontrando outros grupos de americistas (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

Em pouco tempo centenas de pessoas formaram uma massa humana que passou a percorrer as ruas perpendiculares e adjacentes a praça. A passeata foi avolumando-se e em menos de uma hora – mais precisamente entre as 20 e 21:00 horas – uma enorme multidão passou a ocupar a praça “dirigindo-se aos palanques, armados lado a lado, na esquina do Cinema Capitólio” (SYLVESTRE, 1982. P.202). Segundo relatos divulgados pelo jornal A União, o grupo, ao longo do caminho, dirigia insultos contra os seus adversários, chegando a tentar invadir as residências de alguns destes:

(...) entre as quais a do Sr. Artur Freire, onde se encontrava hospedado o deputado Renato Ribeiro, candidato a vice-governador do Estado pela União Democrática Nacional, e a dos srs. Veneziano Vital do Rego e Agripino Agra (A União, 11/07/1950. P.01).

Contrariando as ordens da polícia – pertencente ao governo udenista de Oswaldo Trigueiro – que havia proibido<sup>4</sup> qualquer outro tipo de manifestação, além daquela propagada pela Aliança Republicana, os irmãos Dumerval e José Trigueiro (o “Zequinha”) subiram em um dos palanques e assumiram a organização do “evento” na qualidade de oradores e representantes dos ideais da Coligação. Antes mesmo do término dos primeiros discursos, o delegado de polícia foi até o palanque e exigiu que o grupo descesse daquele local e não insistissem com a manifestação. Foi nesse momento que uma confusão generalizada tomou conta do ambiente; socos, chutes e outras formas de agressão iniciaram a pancadaria que só terminou quando foram escutados os tiros desferidos contra a multidão.

O deputado federal João Agripino (UDN), um dos líderes da campanha argemirista no Estado, que participou do comício, contou anos mais tarde em entrevista que: “Alguém impediu que o grupo da passeata tivesse acesso ao palanque, inclusive policiais impediram esse acesso. A proibição gerou discussão, conflitos, troca de tapa, tiro, e saíram todos aqueles

<sup>4</sup> Cerca de cinco requerimentos foram formulados pela Coligação Democrática (PSD) e indeferidos pela polícia local, todos eles relacionados à tentativa de realizar manifestações paralelas a da Aliança Republicana naquele 9 de julho.

ferimentos e mortes” (CAMARGO, 1984. P.408). Os irmãos Trigueiro – acusados pelos udenistas de terem iniciado a confusão, quando ao invés de ocuparem o palanque da Coligação, subiram no espaço do grupo adversário – foram retirados de baixo das pancadas dos cassetetes dos policiais que não perdoaram ninguém que estava próximo do palanque e em cima dele. Rajadas de metralhadora, estampidos de revólveres e pistolas ecoavam ao lado dos gritos das pessoas desarmadas, indefesas e desesperadas que passaram a correr sem direção. O saldo da tragédia: onze pessoas atingidas pelos tiros, das quais uma em estado grave e dois mortos; além de um bancário que foi espancado até a morte.

### 1.2 Quais os verdadeiros culpados da tragédia?

Muitas versões foram divulgadas após a tragédia. Tanto o lado da Coligação quanto o lado da Aliança passaram a trocar farpas e acusações mútuas, mas ninguém assumiu a responsabilidade (e porque assumiria durante uma campanha eleitoral?). Uma questão importante surgiu durante a pesquisa encabeçada pelo jornalista Josué Sylvestre sobre esses acontecimentos. Embora fosse ligado ao argemirismo em Campina Grande – e essa parcialidade fica bem clara quando descreve de forma parcial e apaixonada o perfil político de Argemiro no livro *Lutas de Vida e de Morte* – nesse período, ele não consegue analisar os autos do processo-crime que resultou na morte daquelas três pessoas e que feriram outras tantas, porque a principal documentação que ajudaria a esclarecer o ocorrido “sumiu”!

Para o jornalista, cinco pontos devem ser levados em consideração ao analisarmos o trágico episódio:

1. “é óbvia e inegável a participação de policiais militares e civis no tiroteio; o que se discute é de quem foi a ordem para que se atirasse contra o povo;
2. Não é possível negar que houve irreflexão e imprudência por parte dos adeptos da Coligação;
3. é ilógico imaginar que o professor Pereira Lira e o deputado Argemiro de Figueiredo fossem permitir ou estimular o massacre contra o povo, pois a festa foi preparada para dar uma inequívoca demonstração de força eleitoral e marcar o início avassalador de uma campanha política que se imaginava vitoriosa;
4. é inconcebível acreditar que um humanista como Félix Araújo fosse capaz de arquitetar um plano diabólico, incluindo a possibilidade de resultar em grande mortandade, com o objetivo de tirar vantagens eleitorais para os candidatos que apoiava” (SYLVESTRE, 1982. P.205).

O fato é que outras denúncias já haviam sido perpetradas contra os órgãos de repressão do Estado – policias Militar e Civil – denunciando os abusos cometidos durante o início da

campanha, visando provavelmente intimidar os opositores ao esquema udenista. Através do manifesto intitulado “AO POVO – Na defesa da liberdade individual e dos direitos dos CIDADÃOS”, a direção do PSD, em Campina Grande, denunciava os abusos cometidos pela polícia civil ao prender o operário Severino Sotero Gomes, no dia 13 de março, pelo simples fato dele defender as suas convicções políticas em prol da Coligação Democrática Paraibana. O documento deixava clara a ligação dessas ações, repletas de “efeitos eleitorais”, a figura do governador udenista Oswaldo Trigueiro. Finalizando a questão, o presidente do partido naquela região, Octávio Amorim, ofereceu serviços de advocacia gratuitamente para aqueles que sofressem qualquer tipo e violência policial na cidade de Campina Grande ou nas regiões circunvizinhas.

Lembra-se ao público que o Código Penal, artigos 350 e 322, pune com detenção, respectivamente, até um ano e até três anos, a quem ordenar ou executar prisão ilegal e praticar violência no exercício do cargo ou a pretexto de exercê-lo, além da pena correspondente á violência (AMORIM *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.183).

Devemos ainda ressaltar que, por coincidência ou não, o Ministro José Pereira Lira já havia se envolvido em outro episódio idêntico ao da chacina da Praça da Bandeira. No ano de 1946, pouco tempo após a redemocratização do país, um grupo de operários realizou um protesto no Largo da Carioca<sup>5</sup>, em plena Capital Federal, solicitando o aumento dos salários e melhores condições de trabalho.

Foi quando um grupo de policiais, por ordem do então Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, o mesmo José Pereira Lira – chegou ao local e acabou com o ato de protesto da mesma forma que a polícia paraibana agiu contra os partidários da Coligação Democrática na Praça da Bandeira, quatro anos depois: de baixo dos cassetetes, socos, chutes e tiros de metralhadora. Essa relação entre os dois episódios constituirá como um dos motes dos discursos de José Américo, principalmente no proferido no dia 30 de julho, 21 dias após a chacina: “Ódio é fuzilar multidões na praça pública, como se estivessemos num mundo de bárbaros. É a inconsciência da besta humana a espingardear um povo em peso, como se fez no Largo da Carioca e na Praça da Bandeira” (ALMEIDA *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.226).

O curioso é que dias antes do comício da Aliança Republicana na Praça da Bandeira, Félix Araújo parecia prever a tragédia ao alertar a população daquela cidade – através do

---

<sup>5</sup> O Largo da Carioca é uma espécie de praça ampla localizada no “coração” da cidade do Rio de Janeiro, onde abriga intensa movimentação de trabalhadores, artistas populares e vendedores ambulantes.

manifesto intitulado “TODOS DEVEM SABER” – sobre o ocorrido no Largo da Carioca e a participação do então ministro Pereira Lira diretamente no episódio. Indagava o panfleto: “Por que José Pereira, não anda só pelas ruas do Rio de Janeiro? Quando necessita sair vai cercado de investigadores”. A resposta a essa pergunta, o próprio manifesto trazia:

Porque em 1946, quando era Chefe de Polícia no Rio, mandou metralhar operários no Largo da Carioca, quando eles se uniram, para pedir aumento de salários, porque estavam morrendo de fome. (...) Eis aí senhores o sanguinário aliado do sr. Argemiro de Figueirêdo.

**Paraibanos, deve-se chamar com esse homem, o Carniceiro Humano, Deus nos defenda dessa Féra** (ARAÚJO *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.195).

### 1.3 O papel da polícia no confronto e as vítimas fatais.

No caso da “chacina da Praça da Bandeira” – e não só nesse, como em outros episódios durante a campanha de 1950 – a polícia mostrou verdadeiro despreparo e enorme truculência no trato com a população, especialmente contra os partidários da Coligação Democrática Paraibana. Resquícios de um período ditatorial de mais de 10 anos (Estado Novo), recentemente “superados”? Quem deu a ordem para que a polícia acabasse com aquela manifestação? A que interesses essa briosa instituição estava atrelada?

Dez dias antes do comício da Aliança Republicana o delegado de polícia em exercício, Manoel Maurício Leite, havia expedido uma nota, parcial e tendenciosa, contra os partidários coligacionistas. Segundo o delegado

A população nobre de Campina Grande, tem acompanhado e testemunhado o excesso de tolerância da polícia, em face das desordens que estão sendo praticadas, dirariamente, por elementos componentes de passeatas noturnas, realizadas pela Coligação Democrática.

Há poucos dias, esses elementos deixaram por terra, ensanguentada, a senhorita Cleonice Limeira, aquém feriram a pedrada.

**Trata-se evidente, de um plano preconcebido de agitação e desordens.**

(...) Além das medidas de caráter preventivo, **a repressão aos desordeiros será feita com o rigor** (grifo nosso) que as circunstâncias impuserem. (LEITE *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.208).

Dos relatos que investigamos, algumas evidências do episódio mostraram-se comuns a todos: o primeiro deles refere-se ao momento em que alguns “policiais fardados foram vistos ajoelhados e fazendo pontaria em direção a multidão” (CAMPOS *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.202); o segundo está relacionado diretamente com a morte da terceira vítima do fatídico conflito, o bancário Rubens de Souza Costa, que foi visto sendo espancado até a morte pelos socos, coronhadas e bordoadas dos cassetetes dos soldados rasos e dos graduados da Polícia Militar. Uma das pessoas que assistiram o massacre dos policiais sobre a população

e, em especial, sobre o bancário, foi o advogado e presidente do diretório do Partido Socialista Brasileiro, Aluísio Afonso Campos. Este tentou salvar a vítima que se encontrava caída ao chão, já desfalecida, como ele mesmo relatou em uma carta enviada ao Governador em exercício, José Targino, vice de Oswaldo Trigueiro, solicitando providências do Chefe do Executivo paraibano em relação ao episódio, dando ênfase a violenta ação policial. “Apanhei nos braços um bancário pacato, arrimo da sua pobre mãe e de irmãs solteiras, com a cabeça esmigalhada pelo porrête de um policial, tendo eu presenciado à distância o golpe desferido” (CAMPOS *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.210).

O testemunho de Aluísio Campos tornou-se essencial para que entendêssemos melhor os motivos que geraram o conflito e a atitude totalmente parcial assumida pela polícia diante da situação caótica. Além de ser testemunha ocular dos diversos acontecimentos daquele domingo sangrento, ao que parece, Aluísio Campos não estava ligado politicamente a nenhuma das duas correntes majoritárias que disputavam a campanha e que haviam protagonizado o confronto na Praça da Bandeira, e isso ficou claro.

Não sou coligacionista nem adversário da chamada Ala Republicana, liderada pelos deputados Argemiro de Figueirêdo e Ministro-Pereira Lira. Pertencço ao Partido Socialista Brasileiro, cuja Seção tenho a honra de presidir na Paraíba e que ainda-não tomou posição na luta pela sucessão do governo estadual (SYLVESTRE, 1982. P.210).

Na mesma carta ele afirma que em nenhum momento houvera provocações desmedidas dos “coligacionistas”, pois a passeata improvisada de estudantes em prol de José Américo só aconteceu horas depois do término dos shows do comício da Aliança Republicana. O único ato deliberado pelo grupo de estudantes, segundo Afonso Campos, foi o de balançar os lenços brancos ovacionando o nome do seu candidato preterido quando, “(...) minutos depois de estacionada, essa passeata era tiroteada barbaramente. (...) Nunca testemunhei facínoras fardados investiram de modo tão selvagem sobre o povo para matá-lo friamente” (SYLVESTRE, 1982. P.210).

Estarrecido diante dos acontecimentos e, principalmente, depois de ver com tristeza e revolta o sangue de uma gente inocente e indefesa sendo derramado “(...) pelos defensores da ordem e da segurança pública” (SYLVESTRE, 1982. P.210), Aluísio Campos apela para o bom senso do delegado de polícia de Campina, o major Ascendino Feitosa, e solicita que o governador abra um inquérito para apurar o ocorrido de forma mais imparcial possível. Porém o próprio Aluísio demonstra, em suas palavras, dúvidas em relação a imparcialidade, pois a



polícia sempre se configurou – até o presente momento – como o braço armado do Estado, governado na época pelo grupo udenista.

Por isso apelo para que V. Excia. Restaure definitivamente a ordem e seja imparcial. Mas si não quizer ou não puder sê-lo, apelo para que, pelo menos, não seja o seu governo um governo policial – crimosamente policial, homicidamente policial (CAMPOS *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.210).

Duas testemunhas oculares do episódio – Mário Araújo e sua esposa, na época namorados – presenciaram a participação direta das polícias Militar, Civil e Federal durante o referido massacre, reforçando em seu depoimentos o importante papel assumido por Aluízio Campos no exato momento do confronto:

Dizem que Aluízio Campos se apropriou dos fatos, mas ele enfrentou, ele enfrentou e ainda estavam atirando. Pistoleiros bem vestidos, de gravata, vestidos a rigor, que eram membros da polícia especial do Rio de Janeiro. Ajoelhados e atirando contra o povo e a gente vendo, eu vi. E vi quando Aluízio Campos desceu de uma camioneta, vindo contra a multidão que corria, gritando: ‘Não atire contra o povo’. Dizem que Aluízio teria se aproveitado (do episódio), mas ele enfrentou, enfrentou de verdade! Eu estive lá, eu e ela, minha esposa (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

Ainda sobre a morte do bancário Rubens Costa, o ex-Vereador Mário Araújo afirma que: “Rubens Costa, o bancário, caiu nos meus pés. Eu o ajudei, fui eu quem o reconheci. Eu era bancário também, ele era da casa bancária Magalhães Franco, fui eu quem o apanhei” (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010). Além da morte do bancário, mais dois trabalhadores foram mortos durante a “chacina da Praça da Bandeira”: o operário chamado José Ferreira dos Santos, de apenas 16 anos, que trabalhava em uma oficina de fundição na Avenida Getúlio Vargas, chamada Thomas Shaefer, na cidade de Campina Grande; e o mecânico Oscar Coutinho da Silva<sup>6</sup> que veio do Estado pernambucano (Recife) para instalar o elevador do novo edifício dos Correios e Telégrafos, inaugurado. Uma triste ironia do destino ou uma ação destemperada e arbitrária das Polícias Militar, Civil e Federal?

A partir das análises empreendidas até o presente momento, fica evidente que houve sim a participação das polícias durante a “chacina da Praça da Bandeira”. O exemplo (familiar) relatado por Mário Araújo, durante entrevista concedida a nossa pesquisa, reforça essa ainda mais essa tese:

---

<sup>6</sup> Interessante ressaltar a publicação de uma das matérias do jornal A Manhã, no dia 15 de julho de 1950, mais especificamente, a forma como esse órgão a imprensa tratou da morte desse trabalhador, acusando o operário de ser um agitador comunista filiado ao extinto PCB (SYLVESTRE, 1982. P.215).



Tem um parente dela (esposa) que chegou a ser coronel da polícia, Cícero Pereira de Andrade, ele era sargento, sargento Cícero. Eu vi Cícero ajoelhado atirando contra o povo. E um belo dia ele almoçou na minha casa, eu morava em outra casa no centro da cidade. Eu não me agüentei, comendo uma buchada lá em casa, falei para ele: cumpadre Cícero eu não posso olhar para você rapaz, vendo você ajoelhado atirando contra o povo na Praça da Bandeira. ‘Eu não atirei não’! Atirou e eu vi! Aí ele levantou-se, não almoçou e foi embora. Mas eu disse! Ele era primo legítimo dela (esposa) (Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010).

#### **1.4 O sepultamento das vítimas (um ato político?).**

A tragédia abalou profundamente todo o Estado paraibano e, em especial, a cidade de Campina Grande. No dia seguinte após o corrido, a cidade estava “deserta”, o medo de novos confrontos e o luto pelas perdas humanas fizeram de Campina Grande um cenário desolador. A polícia local recebera reforços, pois inúmeros foram os boletins e notas de repúdio – elaborados pelos coligacionistas – contra a ação nefasta realizada por aqueles que deveriam proteger os cidadãos campinenses. Os partidários do ministro Pereira Lira – dentre eles jornalistas, repórteres de diversas rádios e comentaristas políticos – divulgavam que o trágico episódio fora encabeçado pelo coligacionista Félix de Sousa Araújo e que “tudo não passava de uma ação subversiva de conhecidos agitadores comunistas” (SYLVESTRE, 1982. P.206). O jornal A Manhã foi um destes meios de comunicação que acusou Félix Araújo de ser um dos responsáveis pelo ocorrido: “Comenta-se a ação comunista nos casos aqui ocorridos, pela presença nesta cidade do conhecido agitador Félix Araújo” (A MANHÃ, 15 de julho de 1950. P.03).

Do outro lado, a maior parte dos líderes da Coligação Democrática Paraibana fizeram-se presentes durante o enterro das vítimas. O curioso é que o cortejo fúnebre partiu da casa do candidato a deputado estadual coligacionista Severino Cabral, que não possuía parentesco algum com nenhuma das vítimas, numa clara apropriação daquele triste evento em prol da campanha de José Américo. Esse episódio foi denunciado em um manifesto publicado pela UDN, no dia 12 de julho, e assinado pelo ministro Pereira Lira. Já no final, o documento afirmava:

“Foram eles que realizaram a passeata e o comício proibidos pela Polícia, em franca atitude de provocação e de desordem. Foram eles que, ainda agora, insuflando a massa por ocasião do sepultamento das pessoas mortas no conflito, realizaram, em pleno cemitério, verdadeiro comício político, onde se ouviram até palmas estrepitosas dos assistentes” (LIRA *Apud* SYLVESTRE, 1982. P.211).

### **1.5 A prisão de parte dos envolvidos na tragédia.**

Entre as primeiras medidas instituídas por José Américo – ou por sua influência direta – no início do seu governo, destaca-se a prisão de vários policiais militares envolvidos na “chacina da Praça da Bandeira”. No final do mês de fevereiro de 1951, o juiz titular da 2 Vara da Comarca de Campina Grande, Darcy Medeiros, decretou a sentença de prisão dos envolvidos naquele trágico acontecimento, ficando decidido ainda que o coronel Ivo Borges, comandante da Polícia Militar, se encarregaria de prender todos os policiais indicados nos autos do processo.

Entre a noite do dia 03 e a madrugada do dia 04 de março, foram presos e enviados para o quartel da Praça Pedro Américo, em João Pessoa, nove, dos vários policiais que abriram fogo contra a multidão. Entre os envolvidos estavam: “Majores Ascendino Feitosa e João Gadelha de Oliveira, tenente Maurício Leite e Albertino Francisco dos Santos; sargentos Antonio Ferreira Barros, Valdevino Arruda Novo, Severino Gomes Inácio, Joél Basilio da Costa e Arcelino de Brito Primo” (A UNIÃO, 04/03/1951. P.01). Três dias depois, outro policial – também acusado de participar da chacina – foi preso na cidade de Recife e transferido para Campina Grande. Tratava-se do “(...) ex-cabo e ex-sargento da Polícia Militar do Estado (promovido posteriormente ao crime pelo govêrno passado) de nome José Pereira da Silva” (A UNIÃO, 07/03/1951. P.04). Ao analisarmos as prisões, percebemos que o juiz Darcy Medeiros não perdoou nem mesmo o alto escalão da corporação, embora os verdadeiros mandantes – que estiveram por trás daquele trágico episódio – tenham saído ilesos de qualquer processo administrativo ou penal.

#### **- Referências**

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)**. Campina Grande: UEPB, 2006.

SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

---

**SYLVESTRE, Josué. Lutas de vida e de morte; fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953).** Brasília, Senado Federal, 1982.

RAMOS, Severino. **Agripino: o Mago de Catolé.** João Pessoa: A União, 1991.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida.** Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. CPDOC/FGV - Fundação Casa José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

**- Jornais consultados:**

**A UNIÃO.** Imprensa oficial do Governo do Estado da Paraíba. Período consultado: 01/07/1950 a 10/05/1951.